

Zélia recua e entregará

Brasil

terça-feira, 5/6/90 □ 1º caderno □ 5

listas ao Senado por etapas

Brasília — Divulgação

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, recuou e deverá entregar ao Senado em etapas, a partir de sexta-feira, as listas das movimentações financeiras de mais de Cr\$ 500 mil realizadas entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março, atendendo a requerimento do líder do PSB, senador Jamil Haddad (RJ). A decisão de Zélia de voltar atrás em sua recusa de fornecer ao Senado a lista, alegando sigilo bancário, foi tomada em reunião, na manhã de ontem, com o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o consultor-geral da República, Célio Silva, e os líderes do governo no Senado, José Inácio Ferreira (PST-ES), e na Câmara, Renan Calheiros (PRN-AL).

— Sempre fui contra esse conflito desnecessário entre os poderes. A ministra também não queria o confronto, apenas se submeteu ao parecer da área técnica do Banco Central — disse José Inácio.

O aviso de Zélia foi entregue ao presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), por José Inácio, na abertura da sessão especial de ontem à tarde, quando seria votado o possível enquadramento da ministra por crime de responsabilidade. Apesar da solução de última hora, a questão só será decidida hoje à tarde — durante quatro horas, os senadores voltaram a discutir a questão, com a ministra sendo alvo de muitas críticas. Hoje, deverá ser votada uma questão de ordem do senador Mário Maia (PDT-AC) para que o Senado desconsidere o recuo de Zélia e prossiga com o seu enquadramento.

Ovo de Colombo — O senador José Inácio, que desde o início do caso envolvendo Zélia Cardoso de Mello esteve ausente dos debates específicos sobre a questão, foi um dos primeiros a chegar ontem ao plenário, exibindo um largo sorriso e anunciando que depois de muitas conversas com o ministro

Cabral, no fim-de-semana, descobriu “o ovo de Colombo para evitar o conflito desnecessário entre os poderes”. O ovo de colombo, como ele chamou, foi Zélia enviar o aviso ao Senado prometendo atender ao requerimento com informações parceladas, que começarão a ser remetidas em cinco dias.

No aviso, Zélia disse ter tomado conhecimento de que a decisão da Mesa de que ela estava obrigada a remeter as informações “transitou no plenário dessa Casa, sem que o mesmo se opusesse ao levantamento do sigilo bancário. Em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações, com base no disposto no Parágrafo 4 do Artigo 38 da Lei 4.595, de 1964”.

Ocorre que em nenhum instante o plenário votou sobre sigilo bancário, como queria Zélia desde o início. A questão apenas foi debatida e, em várias sessões, só os senadores Nei Maranhão (PRN-PE) e João Meneses, vice-líder do governo, saíram em defesa da ministra e do sigilo bancário, assim mesmo em sessões diferentes.

— Não se pode criar uma crise séria com o Congresso por bobagem. Pesonalmente e politicamente, sempre achei que ela tinha que remeter as informações, mas a ministra tinha o parecer em contrário da área técnica do Banco Central, que ainda não está convencida — resumiu o líder do governo, prometendo que as informações serão remetidas sem que passem por triagens, como suspeitam alguns senadores.

Jamil Haddad, por exemplo, tratou de deixar claro:

— O que está no aviso não me move, porque tenho dúvidas a respeito de como o Ministério da Economia vai responder. Esse novo prazo me parece ter sido pedido com o objetivo de ganhar o tempo necessário para o enxugamento das informações.